



**2021/2098(INI)**

4.2.2022

# **PROJETO DE RELATÓRIO**

sobre a saúde mental no mundo do trabalho digital  
(2021/2098(INI))

Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

Relatora: Maria Walsh

## ÍNDICE

### Página

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU .....	3
---	---

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

### sobre a saúde mental no mundo do trabalho digital (2021/2098(INI))

*O Parlamento Europeu,*

- Tendo em conta o artigo 3.º do Tratado da União Europeia (TUE),
- Tendo em conta os artigos 4.º, 6.º, 9.º, 114.º, 153.º, 169.º e 191.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), nomeadamente o artigo 168.º,
- Tendo em conta os artigos 14.º, 15.º, 21.º, 31.º, 32.º e 35.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia,
- Tendo em conta a sua resolução, de 17 de abril de 2020, sobre uma ação coordenada da UE para combater a pandemia de COVID-19 e as suas consequências<sup>1</sup>,
- Tendo em conta a estratégia das Nações Unidas, de 2018, em matéria de saúde mental e bem-estar no trabalho,
- Tendo em conta o manifesto da Organização Mundial da Saúde (OMS) para uma recuperação saudável e ecológica pós-COVID-19,
- Tendo em conta o Dia Mundial da Saúde Mental de 2021 da OMS intitulado «Cuidados de saúde mental para todos: vamos torná-los uma realidade»,
- Tendo em conta a sua resolução, de 10 de julho de 2020, sobre a estratégia da UE em matéria de saúde pública pós-COVID-19<sup>2</sup>,
- Tendo em conta o livro verde da Comissão intitulado «Melhorar a saúde mental da população - Rumo a uma estratégia de saúde mental para a União Europeia», (COM(2005)0484),
- Tendo em conta a sua resolução, de 21 de janeiro de 2021, que contém recomendações à Comissão sobre o direito a desligar<sup>3</sup>,
- Tendo em conta o Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de fevereiro de 2021 que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência<sup>4</sup>,
- Tendo em conta o relatório da Eurofound, de 9 de novembro de 2021, intitulado «Impact of COVID-19 on young people in the EU» [Impacto da COVID-19 nos jovens na UE],
- Tendo em conta o relatório da Comissão de 2021 sobre o emprego e a situação social na

---

<sup>1</sup> JO C 316 de 6.8.2021, p. 2.

<sup>2</sup> JO C 371 de 15.9.2021, p. 102.

<sup>3</sup> JO C 456 de 10.11.2021, p. 161.

<sup>4</sup> JO L 57 de 18.2.2021, p. 17.

Europa, intitulado «Towards a strong social Europe in the aftermath of the COVID-19 crisis: Reducing disparities and addressing distributional impacts» [Rumo a uma Europa social forte na sequência da crise da COVID-19: reduzir as disparidades e dar resposta aos impactos distributivos],

- Tendo em conta a sua resolução intitulada «Condições de trabalho justas, direitos e proteção social para os trabalhadores de plataformas – Novas formas de emprego associadas ao desenvolvimento digital»<sup>5</sup>,
- Tendo em conta a Diretiva (UE) 2019/1158 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar dos progenitores e cuidadores<sup>6</sup>,
- Tendo em conta a Diretiva 89/391/CEE do Conselho, de 12 de junho de 1989, relativa à aplicação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho<sup>7</sup>,
- Tendo em conta a Diretiva 89/654/CEE do Conselho relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho<sup>8</sup>,
- Tendo em conta a Diretiva 90/270/CEE do Conselho relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor<sup>9</sup>,
- Tendo em conta a comunicação da Comissão, de 28 de junho de 2021, intitulada «Quadro estratégico da UE para a saúde e segurança no trabalho 2021-2027 – Saúde e segurança no trabalho num mundo do trabalho em evolução» (COM(2021)0323),
- Tendo em conta o relatório da Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho (EU-OSHA), de 2020, intitulado «Preventing musculoskeletal disorders in a diverse workforce: risk factors for women, migrants and LGBTI workers» [Prevenção de lesões musculoesqueléticas numa população ativa diversificada: fatores de risco para as mulheres trabalhadoras, os trabalhadores migrantes e os trabalhadores LGBTI],
- Tendo em conta o relatório da EU-OSHA, de 2011, intitulado «Mental health promotion in the workplace – a good practice report» [Promoção da saúde mental no local de trabalho – relatório sobre boas práticas],
- Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu, de 12 de dezembro de 2012, intitulado «Ano Europeu da Saúde Mental – melhor trabalho, melhor qualidade de vida»,
- Tendo em conta o parecer, de 2021, do painel de peritos sobre formas eficazes de investir na saúde, intitulado «Supporting Mental Health of Health Workforce and other Essential Workers» [Apoiar a saúde mental do pessoal do setor da saúde e de outros

---

<sup>5</sup> Textos aprovados, P9\_TA(2021)0385.

<sup>6</sup> JO L 188 de 12.7.2019, p. 79.

<sup>7</sup> JO L 183 de 29.6.1989, p. 1.

<sup>8</sup> JO L 393 de 30.12.1989, p. 1.

<sup>9</sup> JO L 156 de 21.6.1990, p. 14.

trabalhadores essenciais],

- Tendo em conta o estudo de política de saúde da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE), de 2021, intitulado «A New Benchmark for Mental Health Systems: Tackling the Social and Economic Costs of Mental Ill Health» [Um novo parâmetro de referência para os sistemas de saúde mental: combater os custos sociais e económicos das doenças do foro psiquiátrico],
  - Tendo em conta o relatório da EU-OSHA, de 2014, intitulado «Psychosocial risks in Europe: Prevalence and strategies for prevention» [Riscos psicossociais na Europa: prevalência e estratégias de prevenção],
  - Tendo em conta o Inquérito sobre a Experiência dos Trabalhadores de Willis Towers Watson, de 2021,
  - Tendo em conta o artigo 54.º do seu Regimento,
  - Tendo em conta o relatório da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (A9-0000/2022),
- A. Considerando que o direito à saúde física e mental é um direito humano fundamental; que a OMS define a saúde mental como «um estado de bem-estar mental em que uma pessoa é capaz de lidar com as múltiplas tensões comuns da vida, realizar o seu próprio potencial, trabalhar de forma produtiva e frutuosa e contribuir para as suas comunidades»<sup>10</sup>;
- B. Considerando que a pandemia alterou as condições de trabalho de muitos trabalhadores na Europa, pondo em evidência novas e atuais questões relacionadas com o bem-estar no local de trabalho;
- C. Considerando que a pandemia de COVID-19 afetou de forma desproporcionada o bem-estar mental das pessoas que enfrentam incerteza financeira, bem como das populações vulneráveis, nomeadamente as minorias étnicas, a comunidade LGBTI+, os idosos, as pessoas com deficiência e os jovens;
- D. Considerando que, antes da pandemia, se estimava que 25 % dos cidadãos da UE enfrentariam um problema de saúde mental no decurso da sua vida<sup>11</sup>;
- E. Considerando que as questões relacionadas com o local de trabalho lesivas da saúde mental incluem o esgotamento profissional, o assédio, a violência, o estigma e a discriminação; considerando que um em cada quatro trabalhadores europeus considera que o trabalho tem um impacto negativo na sua saúde<sup>12</sup>;
- F. Considerando que, segundo estimativas, os custos das doenças do foro psiquiátrico representam mais de 4 % do PIB na totalidade dos Estados-Membros da UE;

---

<sup>10</sup> [\*OMS, «Mental Health: strengthening our response \[Saúde mental: reforçar a nossa resposta\] \(ficha temática, No. 220\), 2018.\*](#)

<sup>11</sup> [\*Rede Europeia de Promoção da Saúde no Local de Trabalho, Guia para os Empregadores. Promover a saúde mental no local de trabalho, 2011.\*](#)

<sup>12</sup> [\*Eurofound, Sexto inquérito sobre as condições de trabalho na Europa, 2017.\*](#)

considerando que o custo anual da depressão profissional foi estimado em 620 mil milhões de euros, resultando numa perda de produção económica de 240 mil milhões de euros<sup>13</sup>;

### ***Saúde mental e trabalho digital: ensinamentos retirados da crise do COVID-19***

1. Lamenta que, durante a pandemia de COVID-19, a saúde mental tenha sido afetada por muitos fatores, nomeadamente as políticas em matéria de educação, saúde, economia, emprego e inclusão social e pobreza; apela a que se dê urgentemente resposta às questões de saúde mental recorrendo a políticas transversais;
2. Salienta que a pandemia de COVID-19 e a subsequente crise económica incidiram fortemente sobre o bem-estar dos cidadãos da UE, com taxas mais elevadas de stress, ansiedade e depressão;
3. Insta as instituições da UE e os Estados-Membros a reconhecerem a amplitude dos problemas de saúde mental em toda a UE e a empenharem-se a favor de medidas que regulamentem e implementem um mundo do trabalho capaz de proteger a saúde mental dos trabalhadores e salvaguardar os direitos à proteção social;
4. Lamenta que as medidas efetivamente tomadas em matéria de saúde tenham ficado aquém do que é possível ao abrigo do TUE; considera que a saúde mental constituirá a próxima crise sanitária e que a Comissão deve examinar todas as possibilidades pertinentes que permitam fazer face a esta situação, nomeadamente o estabelecimento urgente de uma estratégia da UE em matéria de saúde mental;
5. Recorda que a pandemia demonstrou a necessidade de uma ação coordenada a nível da UE para responder a emergências sanitárias, revelando lacunas em matéria de prospetiva, nomeadamente no que diz respeito a instrumentos de preparação e resposta;
6. Aplauda os profissionais de primeira linha que sacrificaram o seu próprio bem-estar para contribuir para salvar vidas durante a pandemia; insta os Estados-Membros a garantirem que estes tenham acesso imediato aos recursos necessários em matéria de saúde mental;

### ***A transição digital e a saúde mental***

7. Reconhece que o emprego pode proporcionar aos indivíduos uma finalidade e um sentido de identidade; salienta a correlação positiva entre a boa saúde mental e a produtividade no trabalho;
8. Recorda que as abordagens pró-ativas da digitalização, nomeadamente o estabelecimento de horários de trabalho flexíveis e de programas de assistência aos trabalhadores, podem contribuir para atenuar o stress relacionado com o trabalho; observa que os sistemas de inteligência artificial são suscetíveis de proporcionar mais opções neste sentido;

---

<sup>13</sup> [Parecer do painel de peritos sobre formas eficazes de investir na saúde \(EXPH\): «Supporting mental health of health workforce and other essential workers» \[Apoiar a saúde mental do pessoal do setor da saúde e de outros trabalhadores essenciais\], 2021.](#)

9. Congratula-se com a Diretiva (UE) 2019/1158 relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar dos progenitores e cuidadores, uma vez que proporciona flexibilidade e atenua as dificuldades relacionadas com o trabalho; salienta, no entanto, que as mulheres continuam a ser desproporcionadamente afetadas;
10. Observa que a transição para o teletrabalho durante a pandemia e a flexibilidade que proporcionou aos trabalhadores são suscetíveis de melhorar o equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar; incentiva as empresas a preverem regras claras e transparentes sobre as modalidades de teletrabalho;
11. Considera que o direito a desligar é essencial para garantir o bem-estar mental dos trabalhadores; reitera o seu apelo à Comissão para que proponha legislação que preveja o estabelecimento, pelos superiores hierárquicos, de requisitos mínimos aplicáveis ao teletrabalho;
12. Observa que as diretivas relativas aos requisitos mínimos em matéria de segurança e de saúde no local de trabalho e de equipamentos dotados de visor de trabalho podem oferecer possibilidades no sentido de uma maior proteção dos trabalhadores que utilizam dispositivos digitais, nomeadamente os trabalhadores de plataformas;

#### ***A saúde e a segurança no local de trabalho;***

13. Manifesta a sua preocupação com o desfasamento entre a atual política em matéria de saúde mental e as atitudes que se verificam no local de trabalho, que são fonte de estigmatização; salienta que, devido ao estigma e à discriminação, os trabalhadores sentem-se frequentemente incapazes de debater questões relacionadas com a saúde mental; reconhece que os trabalhadores que regressam após uma licença por doença do foro psicológico são frequentemente mal acolhidos; solicita que os locais de trabalho prestem informações claras sobre os seus serviços internos de apoio à saúde mental;
14. Considera que as medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores não são eficazes quando se trata de aferir e gerir os riscos psicossociais; insta a Comissão a reconhecer a ansiedade, a depressão e o esgotamento como doenças profissionais, a estabelecer mecanismos destinados a prevenir essas doenças e a reintegrar no local de trabalho as pessoas afetadas por essas doenças, bem como a passar de ações a nível individual para uma abordagem centrada na organização do trabalho<sup>14</sup>;
15. Solicita que a Comissão proponha, em consulta com os parceiros sociais, uma diretiva relativa aos riscos psicossociais e ao bem-estar no trabalho que vise prevenir eficazmente os riscos psicossociais no local de trabalho; considera que as políticas de prevenção em matéria de saúde e segurança no trabalho devem também envolver os trabalhadores na identificação e prevenção dos riscos psicossociais;
16. Considera essencial que os gestores recebam a formação psicossocial necessária para se adaptarem às práticas de organização do trabalho e promoverem uma compreensão

---

<sup>14</sup> Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (2021), «Teletrabalho e riscos para a saúde no contexto da pandemia de COVID-19: dados recolhidos no terreno e implicações políticas», 2021.

profunda de uma saúde mental precária e do local de trabalho;

***Um mundo do trabalho moderno para uma mão de obra saudável e resiliente***

17. Sublinha que, dada a falta de apoios e de medidas suficientes em matéria de saúde mental no local de trabalho, os trabalhadores têm frequentemente de recorrer a serviços prestados por organizações não governamentais (ONG); solicita que os locais de trabalho garantam que os trabalhadores tenham acesso, a nível interno, a apoio e remédios em matéria de saúde mental;
18. Encoraja a Comissão a lançar iniciativas de educação e sensibilização sobre a saúde mental no local de trabalho; insta a Comissão a, para tal, declarar 2023 Ano Europeu da Saúde Mental;
19. Reconhece que a falta de estatísticas sobre a prevalência de problemas de saúde mental no local de trabalho põe em causa a necessidade de intervenção urgente; insta o Eurostat a recolher estatísticas que tenham em conta as doenças mentais e os seus impactos negativos;
20. Manifesta-se preocupado com o facto de os empresários e as PME, em particular, necessitarem de apoio para promover a sensibilização para a saúde mental no local de trabalho e solicita que sejam envidados esforços a nível da UE para os ajudar na avaliação dos riscos e na aplicação de boas práticas;
21. Salaria que, em 2021, 64 % dos jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 34 anos estavam em risco de depressão devido à falta de perspetivas laborais, financeiras e educativas, bem como à solidão e ao isolamento social; solicita à Comissão que aborde as perturbações no acesso ao mercado de trabalho, que colocam os jovens em maior risco de sofrerem problemas de saúde mental<sup>15</sup>;

o

o o

22. Encarrega a sua Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho e à Comissão.

---

<sup>15</sup> OCDE, «*Supporting young people's mental health through the COVID-19 crisis*» [*Promover a saúde mental dos jovens ao longo da crise da COVID-19*], 2021, e Fórum Europeu da Juventude, «*Beyond Lockdown: the "pandemic scar" on young people*» [*Para além do confinamento: a «marca da pandemia» nos jovens*],



## **Exposição de motivos**

O presente relatório aborda o reconhecimento político, que há muito se impõe, da crise que enfrentamos em termos de saúde mental dos cidadãos da UE. A falta de serviços de saúde mental eficientes, bem como de apoios e de investimentos, que se regista em todos os Estados-Membros resultou em problemas de saúde mental generalizados e em taxas alarmantes de suicídio ao longo de décadas. Mesmo antes da pandemia de COVID-19, o número de cidadãos afetados por problemas de saúde mental era preocupante, devido, em grande parte, ao desfasamento entre a educação, a saúde, a economia, o emprego, a inclusão social e a pobreza. É, pois, imperativo, estabelecer uma estratégia global da UE em matéria de saúde mental que adote uma abordagem transversal das questões relacionadas com a saúde mental.

A pandemia teve um impacto extremamente dramático na vida de milhões de europeus, exacerbando os efeitos na saúde mental e resultando em taxas mais elevadas de stress, ansiedade e depressão. Uma vez que o suicídio representa a segunda maior causa de morte de cidadãos com idades inferiores a 19 anos, a saúde mental constitui a crise sanitária europeia em que nos encontramos atualmente. Chegou o momento de levar estas questões a sério e de analisar as medidas que a UE pode tomar. Ignorar este apelo à ação porá em risco, em particular, as gerações mais jovens, que são os nossos futuros líderes e a nossa futura mão de obra.

A legislação e as políticas em vigor a nível da UE neste domínio não abordam a crise crescente da saúde mental que se verifica entre a nossa mão de obra. Devido à pandemia, muitos cidadãos passam agora uma parte excessiva das suas vidas «ligados» ao trabalho, à distância, o que tem e continuará a ter efeitos nefastos sobre a saúde mental sob a forma de esgotamento profissional, assédio, violência, estigma e discriminação. Reveste-se da maior importância garantir que os trabalhadores possam contar com um nível adequado de proteção, tanto em prol do seu bem-estar físico como do seu bem-estar mental.

O que até agora parecia impossível acabou por resultar em diferentes modelos de trabalho, tanto para os empregadores como para os trabalhadores. A maior flexibilidade do teletrabalho oferece vantagens, sendo a Diretiva relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar favorável a algumas delas, mas é necessário atualizar a atual legislação em matéria de saúde e segurança no trabalho para responder às novas realidades da era digital. A facilitação de boas práticas de saúde mental não deve ser deixada ao critério de «algumas» empresas e países. Temos de garantir a aplicação de práticas coletivas de trabalho no domínio da saúde mental que sirvam de orientação para os trabalhadores.

São inegáveis os custos económicos que as doenças do foro psicológico representam para os Estados-Membros, não só em termos de financiamento da assistência reativa, mas também em termos de perda de produção económica quando os trabalhadores não estão em condições de se inserirem numa população ativa ambiciosa. O princípio da prevenção no local de trabalho deve ser formalmente integrado nas políticas a nível da UE, dos Estados-Membros e das empresas.

Ultimamente, tem-se verificado uma tendência crescente no sentido de tomar medidas firmes para garantir uma melhor saúde mental no trabalho. Tal requer iniciativas de educação e sensibilização adequadas em matéria de saúde mental e formação dos empregadores, bem

como uma melhor investigação e recolha de dados a nível europeu. Para alcançar estes objetivos, o ano de 2023 deve ser declarado Ano Europeu da Saúde Mental. Tal asseguraria que a UE se debruçasse sobre os problemas de saúde mental prevalentes com que os nossos cidadãos se veem confrontados.

Por último, garantir a indicação clara de todos os apoios e serviços de saúde mental disponíveis no local de trabalho aliviará os problemas relacionados com a estigmatização e a discriminação. Para prevenir com êxito as doenças do foro psicológico, é fundamental promover ambientes de trabalho propícios, tanto antes como depois de surgirem problemas do foro psicológico. Muito haveria ainda a fazer para proteger os nossos trabalhadores e promover a importância de uma boa saúde mental, tanto nos Estados-Membros como a nível da UE.